

LINHA VIVA

Nº 226
21/05/93

18% DA CELESC EM LEILÃO

Uma jogada feita às escuras acumulou um enorme prejuízo para a sociedade catarinense. Governo usou ações da Celesc para pagar sua dívida com o banco Morgan. Como não pediu licença à Assembléia Legislativa para fazer a transação, Kleinubing pode ser enquadrado em crime de responsabilidade. Pagina 3



Campanha pela moralização sofre sabotagem. Plágio vai para Justiça
Pagina 7



Debate sobre moralização lotou o auditório Milan Milash dia 18
Página Central

Empregado de empreiteira morre trabalhando para a Celesc

Os eletricitários do Vale do Itajaí, depois de uma semana de luto e insegurança, começam agora a apontar seus dedos para a direção da Celesc como a culpada pela ocorrência que matou Edimilson de Borba, dia 11 de maio, terça-feira da semana passada.

Edimilson, 31 anos, casado, duas filhas pequenas, era funcionário da empreiteira Enersul. Na tarde do dia 11, ele estava em Balneário Camboriú, substituindo uma chave de iluminação pública e recebeu uma descarga elétrica. O seu companheiro, que como ele não tinha treinamento nenhum (seja de manutenção do sistema ou de primeiros socorros) conseguiu tirar o corpo de Edimilson do alto ainda com vida e o levou a um posto de saúde onde morreu. O colega de Edimilson não sabia o que fazer. Não sabia fazer massagem cardíaca, respiração artificial.

Sequer sabia que não deveria ter levado o companheiro sentado. Ele simplesmente teve que assistir o outro "ficar sufocado" como dizia depois.

Ao ficar sabendo da morte de Edimilson, o Sindicato do Vale do Itajaí mandou uma correspondência emocionada ao Linha Viva contando o acidente e suas implicações. Mas eles não estavam preparados para o que a Celesc faria depois.

Na carta ao LV o sindicato lembrava palavras do padre no enterro de Edimilson: "...e agora rezemos mais uma Ave Maria para o próximo que dentre nós será sepultado neste local". Para o sindicato as palavras são proféticas: "Ao que parece o padre está bem informado da displicência, do pouco caso como é tratada a segurança no trabalho na Celesc". Explicam que os serviços de risco executados pelas

empreiteiras são feitos por empregados sem treinamento específico e assim as tarefas são realizadas sem segurança ou perfeição.

Dois dias após a morte de Edimilson, a Celesc de Itajaí, convocou uma reunião extraordinária da Cipa para "julgar" o acidente. O encontro revoltou o diretor sindical, José Carlos Wisentainer. "No jogo de empurra-empurra entre a Celesc e a empreiteira o veredicto foi: a culpa era da própria vítima. O administrador da Celesc conduziu toda reunião e concluiu que houve um **ato inseguro**. Não adiantou protestar, não adiantou lembrar a falta de curso de manutenção ou primeiros socorros, que para nós determinaria uma **condição insegura de trabalho**. O julgamento encerrou com o morto transformado em réu".

Eletrosul fecha as contas da anistia

No dia 17 a assessoria jurídica da Intersindical e uma assessoria contábil contratada, acertaram com a Eletrosul o fechamento das contas dos dirigentes sindicais punidos pela atual diretoria da empresa, anistiados por lei aprovada no Congresso.

Sem contar com os valores relativos a quitação do INSS, FGTS e Fundação, a Eletrosul desembolsou Cr\$ 3.422.608.093,31 como pagamento dos salários atrasados. Este valor foi imediatamente depositado na conta da Intersindical, conforme tinha sido anteriormente acertado.

Para Manoel Valente, presidente do Sindicato dos Eletricitários do RS, este episódio deixa duas grandes lições. A primeira delas é a irresponsabilidade da diretoria da Eletrosul, que gastou bilhões de cruzeiros do dinheiro público para manter um capricho. A segunda é a importância da organização dos eletricitários do Sul do Brasil, que conseguiu, através da Intersindical, manter na luta lideranças sindicais fundamentais para o movimento.

Mauro Passos, um dos anistiados, ao endossar para a Intersindical o seu cheque de Cr\$ 1.755.416.787,42, ironicamente comentou: "ainda bem que este cheque não era um dos 18 cheques da Portobrás, utilizados para pagar as contas de luz do porto de Itajaí quando Gazaniga estava na Celesc, e que até agora não foram encontrados".

Sinergia faz planejamento para gestão



Empregados e diretores do Sinergia se reuniram na semana de 10 de maio para traçar um plano que orientasse boa parte das atividades. Já entidade no próximo ano. O objetivo do planejamento foi concentrar as energias e envolver mais pessoas no seu trabalho. Foi aplicado o Método Altadir de Planejamento Popular (MAPP) que definiu três frentes principais de trabalho: privatização, estrutura interna do Sinergia e organização por local de trabalho. Em todas elas será procurada a participação efetiva da categoria.

Gazaniga não tem apoio político em Brasília

A permanência de Gazaniga na presidência da Eletrosul está totalmente descartada. Esta é a avaliação do diretor do Sinergia Delman Ferreira, após ter mantido contato com os senadores Dirceu Carneiro (PSDB/SC), Nelson Wedekin (PDT/SC), com os líderes do governo na Câmara, Roberto Freire, e no Senado, Pedro Simon, além do ministro do trabalho, Valter Borelli.

Delman esteve em Brasília esta semana acompanhando a tramitação

do processo que trata da aposentadoria especial e participando de reunião de negociação com a Eletrobrás. Ele teve, também, um encontro com o presidente da Eletrobrás, Luiz Alqueires, que comentou o condicionamento da manutenção de Gazaniga a um canal de diálogo permanente com os sindicatos de Eletricitários. Delman relatou a tentativa do Gazaniga de envolver o Sinergia em uma reunião arrumada com os sindicatos que lhe servem (Senge, etc.) para divulgar

uma "nova imagem". Uma farsa, segundo Delman.

Para o sindicalista, o que se observa é uma vontade obsessiva de Gazaniga de ficar no cargo, e por isso ele estaria envolvido em um esforço desmedido para plantar notícias favoráveis a ele na imprensa local. Não há, segundo Delman, nenhuma articulação política trabalhando a sua permanência, a não ser as esporádicas intervenções do governador Kleinubing.

floripa
assembleia geral
base Eletrosul

* ELOS Saúde
* Plano Bresser
* Negociação com Eletrobrás
* Assuntos gerais

Dia 25, terça
no ginásio da Elase
18 horas

Governo trabalhou na surdina para repassar parte da empresa para o banco Morgan. Deputados acreditam que houve crime de responsabilidade por parte de Kleinubing

18% do patrimônio da Celesc vai para a bolsa e é privatizado

Com uma manobra armada às escondidas, o governo de Santa Catarina privatizou 18% do patrimônio da Celesc. Dia 19 de maio 112 milhões de ações da empresa foram leiloados na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Mas na verdade a transferência do patrimônio para o setor privado já havia acontecido quando o governo usou estas ações para saldar uma dívida de US\$ 25 milhões com o banco Morgan Grenfell do Brasil.

A transação começou a ser efetuada no dia 22 de março, quando a assembleia dos acionistas da Celesc criou as ações "preferenciais do tipo B" (que não dão direito a voto) e deu a cada acionista uma bonificação de 50%. O governo, detentor de 55% das ações, usou a sua bonificação para pagar a dívida com o banco. Aliás, uma dívida que ninguém sabe quando nem como foi contraída.

Embora o Executivo não possa fazer operações de crédito sem autorização da Assembleia Legislativa (Art. 71 inciso 13 da Constituição Estadual), a negociata só chegou ao conhecimento dos deputados quando o Morgan resolveu leiloar as ações. "Isso questiona a transparência do governo, desrespeita o legislativo e a sociedade, foi uma negociata às escuras", esbravejou o deputado Wilson Santin (PT) na tribuna da Assembleia no mesmo momento em que as ações eram leiloadas em São Paulo.

A notícia chegou ao parlamento através do Sinergia, que chamou Santin e técnicos do Dieese para discutir a questão. Depois de analisar o quadro, Santin concluiu que "isso pode ser enquadrado como crime de res-

pensabilidade do governado". Santin e Milton Mendes de Oliveira, seu colega de bancada, encaminharam pedidos de informações sobre a transação ao governador, ao presidente da Celesc e à Comissão de Valores Mobiliários. "É uma pena que a casa já tenha esgotado o número de CPIs que pode instalar, este assunto merecia que uma fosse aberta", desabafou Milton.

As ações foram lançadas na Bovespa estimadas em US\$ 22 milhões, sendo que o valor patrimonial destas ações é de US\$ 27 milhões. Um bom negócio, tanto que diversas corretoras se comprometeram em arrematar as ações caso elas não fossem vendidas no pregão. Entre elas algumas "peso-pesado" como a Atlântica, Fator, Bradesco, Pactual e Fibra.

E como não poderia deixar de ser, um negócio deste volume é sempre envolto em desconfianças: "dizem que o Jorge Bornhausen é sócio de uma destas corretoras, coisa que teremos que investigar", comentou o deputado Milton.

Milton Oliveira questiona, ainda, a forma como a negociação foi feita. "Mesmo que tudo fosse legal, não haveria necessidade do governo dar as ações a um banco. O Besc poderia negociar as ações por valores superiores e alocar recursos para pagar o banco", sugere o deputado.

Na imprensa, o presidente da Celesc, Raimundo Colombo disse que o negócio era de responsabilidade do governo mas que estava "satisfeito porque a transação atendeu interesses do estado".



Decisão do TST facilita pressões dos patrões

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu, no dia 28 de abril, facilitar o trabalho de pressão dos patrões de todo o país sobre os trabalhadores que têm ações coletivas reivindicando direitos sonegados pelas empresas. Ao aprovar o enunciado 310, o TST dá valor de lei à possibilidade de cada trabalhador individualmente fazer acordo ou renunciar de sua parte em ações coletivas ingressadas pelos sindicatos sob a condição de substitutos processuais, independentemente da vontade das entidades sindicais. "Essa possibilidade certamente dará asas à imaginação patronal, no sentido de livrar-se rapidamente das inúmeras ações de planos econômicos, através de acordos de baixíssimo valor, feitos sob pressão e ameaça de dispensa ou punição", alerta o assessor jurídico da Confederação Nacional dos Bancários da CUT (CNB/CUT), José Eymard Loguercio.

O enunciado 310 afirma que "o artigo oitavo, inciso terceiro da Constituição da República não assegura a substituição processual pelo sindicato". Para o TST, apesar de estar sendo adotada por entidades sindicais de todo o país como prática comum há bastante tempo, a substituição só deveria se restringir "às demandas que visem à satisfação de reajustes salariais específicos resultantes da disposição prevista em lei de política salarial". O enunciado diz que "é ilícito" que os trabalhadores substituídos pelo sindicato realizem acordos. Termina assim a possibilidade de um sujeito coletivo, o Sindicato, defender plenamente o direito individual dos trabalhadores.

Em caso de tentativas de pressão dos patrões para formalizar acordos individuais, devem ser acionados o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho, a presidência do TST e as juntas em que tramitam os processos, para "demonstrar publicamente os efeitos danosos da aplicação do enunciado do TST", segundo Eymard Loguercio.

Sindicatos querem garantir substituição processual

Os sindicatos de todo o país já apresentaram a liderança partidárias do Congresso Nacional uma proposta de projeto-de-lei concedendo o direito de substituição processual às entidades sindicais em ações judiciais. A proposta tem a intenção de oficializar um procedimento já adotado como prática comum pelos sindicatos há diversos anos, prejudicado pela aprovação do enunciado 310 do TST.

A condição prevista pelo documento para que os sindicatos atuem como substitutos processuais é a autorização por assembleia geral especialmente convocada, como ocorre hoje. O projeto defende que sejam "nulas e ineficazes a renúncia, a transação ou a

desistência individuais". Diz ainda que "a condição do substituto processual não habilita o sindicato a confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar, receber, dar quitação e firmar compromisso, salvo se para tanto expressamente autorizado mediante mandato escrito".

O presidente da Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, Paulo Palm (PT/RS), disse a sindicalistas na semana passada que o projeto é de difícil tramitação, basicamente por dois motivos: o primeiro é o lobby dos empresários, o mais forte em atuação no Congresso; o segundo são os entraves políticos existentes às vésperas da Revisão Constitucional.

A moralidade em debate

Quando o assunto é moralidade dos serviços públicos geralmente o tom da conversa é soturno, desesperançoso. Todo mundo fica com aquele olhar perdido, de quem está fitando um precipício.

Mas não foi isto que aconteceu na terça-feira, dia 18 de maio, no auditório da Celesc, quando a Intersindical promoveu um debate sobre a moralidade e convidou além dos eletricitários, três figuras de destaque. Eram eles o "ombudsman" da Folha de São Paulo, Mário Vitor Santos; o procurador do Ministério Público no nosso Estado, José Galvani Alberton e o diretor da RBS, Pedro Sirotsky, que se fez representar pelo editor Roger Bitencourt.

Resumindo tudo que foi falado neste encontro, poderia se dizer que se existe uma estrada que nos leva a um futuro decente, ela se chama "cidadania". A aparente fascinação pública com a descoberta das funções de um "ombudsman", ou o "advogado do povo", nasce desta consciência, explicou Mário Vitor. "O cidadão precisa acordar", exortou o procurador Alberton, que acredita que a mais alta recompensa pelo seu trabalho é estimular o exercício da cidadania na população.

O debate produziu cenas interessantes. Uma delas foi quando um empregado da Celesc lembrou que o único contato que teve com a Justiça, foi quando teve que ir ao Tribunal do Trabalho, onde foi julgado por um juiz bêbado. Outro registrou, com ironia, o último caso "público" de libertinagem: o passeio à Europa, com tudo pago pelos cofres do Estado, do presidente do Tribunal de Contas catarinense, junto com a comitiva do governador do Estado, à qual, por lei, deve fiscalizar.

A seguir, para aqueles que não puderam participar do debate, o Linha Viva publica uma síntese do que foi falado no encontro.

Mário Vitor Santos, "ombudsman" do Jornal Folha de São Paulo, é um jornalista que não acredita em "princípios de Disneylândia". Por isto está convencido de que o "ombudsman", ou o advogado do consumidor, é uma instituição indispensável à vida de uma empresa. Num país em que a sensibilidade moral de muitos está visivelmente encolhida, o "ombudsman" seria uma safada. E para provar isto conta das muitas iniciativas de criar esta função em várias instituições, sem contato uma com as outras, e quase todas ao mesmo tempo (ou seja nos últimos meses).

A seguir Mário Vitor fala ao Linha Viva sobre a viabilidade e necessidade desta espécie de "guardião da ética", que está sendo descoberto pela sociedade brasileira.

LV- O que você acha da idéia da Intersindical de criar um "ombudsman" para a Celesc?

MV- Acho indispensável e viável. Olhando pela ótica dos trabalhadores, a minha impressão é de que tem tudo a ver com a manutenção da qualidade dos serviços prestados ao consumidor. Quem tem que ter maior preocupação com isto é o próprio trabalhador porque isto valoriza a empresa, justifica a sua necessidade, viabiliza seu emprego, perpetua a instituição. No caso de uma empresa estatal esta seria uma das alternativas para melhorar sua imagem junto à comunidade. E isto interessa aos trabalhadores.

LV- Mas é possível? Quais experiências que podem nos indicar que isto é factível?

MV- Existe sim. Embrionariamente e concomitantemente estas iniciativas estão acontecendo em vários locais. Ontem mesmo, por coincidência, recebi a visita de um consultor da Telebrás. A intenção deles é instalar um "ombudsman" para o Sistema Telebrás. Imagina a barbaridade que será. Quantos consumidores eles têm? Cada uma das subsidiárias teria o seu. Existe um projeto na Câmara de Vereadores de São Paulo para criar o cargo de defensor do povo da cidade. As Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp) já tem o seu "ombudsman". E o sistema está deslanchando. Estes são exemplos de que me lembro, mas existem muitos outros. São iniciativas que tendem a se globalizar, por um movimento inevitável, de exigência social, de consciência da população em relação à cidadania. Isto tudo acaba repercutindo ao mesmo tempo, em lugares diferentes. Surgem espontaneamente como resultado desta exigência social.



A figura do ombudsman fortalece a credibilidade das empresas

LV- Vamos situar o pessoal. Começar explicando o que é um "ombudsman".

MV- É uma palavra de origem sueca, que significa, genericamente, "a pessoa que representa". É uma instituição que surgiu no século XVIII na Suécia. O rei ficou sabendo de várias ofensas aos direitos da população por parte dos serviços públicos e da própria monarquia. Como ele estava mais preocupado com a política externa, viu que precisava de alguém para resolver estes casos. Nomeou esta pessoa encarregada de ouvir a população e obrigar o governo a cumprir a lei em defesa dos cidadãos. Esta instituição se generalizou pelos países nórdicos, passou para bancos, empresas e agora pela imprensa mundial. Ele existe em grande escala especialmente nos países onde existe um sentimento de cidadania mais desenvolvido.

LV- É preciso ter alguma habilidade, algum tipo de saber, alguma característica para exercê-lo?

MV- Precisa ter algumas coisas que são da instituição e algumas que são da pessoa. Da instituição: precisa ser independente, ter autonomia de ação para poder realizar com competência e eficácia o seu papel. Precisa ter estabilidade no emprego, para garantir esta independência, talvez na forma de um mandato por um determinado período para que haja rotatividade na função.

LV- E pessoalmente?

MV- É bom que tenha uma certa habilidade. O "ombudsman" não é oposição. Ele deve observar as coisas com os olhos do consumidor. Sob este aspecto, pode ser até um pouco favorável à empresa, na medida em que trabalha para melhorar sua imagem. Um bom administrador deveria olhar com carinho para isto.

RBS mudou de orientação e investiga imoralidades

O representante da RBS, jornalista Roger Bitencourt, falou da importância da vigilância da imprensa para promover a moralidade pública. "Depois do episódio Collor, nossa imprensa está assumindo mais o papel de investigadora e denunciadora", assinalou o editor de "geral" do Diário Catarinense.

Roger relatou que a RBS alterou a sua orientação com relação às empresas públicas. "Nossa orientação hoje é investigar e denunciar, temos dado matérias relativas a administração pública pelo menos uma vez por semana", computou. O jornalista, que também é editor da RBS TV, disse que antes não havia uma orientação con-

LV- A rotatividade na função é importante?

MV- Não acho que seja importante. O bom é que mais pessoas possam ter esta experiência e generalizar esta cultura de respeito a quem está fora da empresa. O consumidor geralmente é esquecido. A empresa vive muito em função de si mesma, dos interesses dos seus empregados, dos seus chefes ou dos grupos que se beneficiam da empresa e muito pouco de quem é o fator principal de qualquer empresa que é o público.

LV- E a escolha, como é feita?

MV- Na Folha de São Paulo é a direção da empresa que escolhe entre as pessoas que considera que tenham capacidade de julgar. Pode haver outros critérios como eleição, aclamação, etc.

LV- Foi feita alguma avaliação sobre a eficácia disto na Folha?

MV- Temos avaliações quantitativas que não indicam muitas mudanças de qualidade do produto. Não advocaria para o "ombudsman" este poder. Numa empresa do tamanho da Folha, que tem dois milhões de consumidores por dia, os resultados ficam pequenos perto deste universo. Entretanto há um enorme ganho de credibilidade e de apreço por parte do consumidor. A gente nem fala mais leitor, fala consumidor. Nem fala mais jornal, mas produto. Entendemos que esta coisa do consumidor moderno, dos seus direitos deve penetrar também a instituição jornal. O que existe é que você tem uma série de reivindicações, queixas, 20 a 30 por dia, e são muito importantes. Estas pessoas disseminam uma imagem positiva em relação ao jornal. Internamente o ambiente é mais favorável. Antes o leitor da Folha era menos levado em conta nas decisões editoriais. Não existia necessidade das pessoas prestarem contas do que estão fazendo a um leitor que nunca aparecia, não existia, não tinha condições de se manifestar. A responsabilidade cresceu, neste sentido.

LV- E entre os trabalhadores da Folha?

MV- Começaram a levar mais em consideração este elemento, o leitor. Existe mais atenção a estas pessoas, no sentido de que suas manifestações não são mais consideradas chatas, idiossincrasias, loucuras, bobagens. São encaradas como contribuições. São levadas em conta porque, afinal, são nossos patrões que estão falando.

LV- E os criticados?

MV- Obviamente eles não gostam. Isto cria problemas que tem que ser contornados.

É preciso exercitar a cidadania



A administração pública é vítima dócil

o que temos que fazer é proceder de tal forma que tenhamos mais eficiência.

Antes de explicar os procedimentos que foram postos em prática a partir de meados do ano passado, Alberton explicou porque usar uma tática nova no combate à corrupção pública. "A administração pública, normalmente, é uma vítima muito dócil, silenciosa. Não poderíamos esperar que diante do mau uso do dinheiro público, os chefes das nossas administrações corresse aos distritos policiais para denunciar o fato. Por isto o que precisávamos era identificar fontes que alimentassem o nosso trabalho. Então concebemos um Centro de Promotorias da Coletividade, um mero referencial, que é o próprio Ministério Público, que cria um setor incumbido preferencialmente no combate à corrupção, na defesa do meio ambiente, defesa do consumidor, combate à sonegação fiscal, combate e defesa dos direitos humanos e cidadania. Assim abrimos as portas para que se consolidasse o intercâmbio entre promotores e a sociedade."

Os primeiros resultados deste quase um ano de trabalho, mostra que os promotores chegaram a alguma coisa. Já foram oferecidas junto ao Tribunal de Justiça 69 denúncias por crimes contra a administração pública, 32 ações civis já ajuizadas para ressarcimento dos prejuízos causados ao erário público. Em cinco destas ações civis o ministério conseguiu que a Justiça decretasse o seqüestro dos bens dos acusados. Estão em análise no centro de promotorias mais 176 procedimentos de corrupção no âmbito dos municípios e do Estado. Isto tudo está sendo feito, com escassos recursos materiais, humanos e

mesmo instrumentais. Eles trabalham, por exemplo, sem um serviço de informática.

Alberton faz questão de salientar as dificuldades do serviço porque "não queremos nos transformar em semeadores de ilusões. Comparemos perante a população com humildade reconhecendo que temos carências. Isto não quer dizer que nosso trabalho não seja válido. Se até agora havia em Santa Catarina uma certeza de impunidade, esta certeza já não é absoluta. Outro aspecto importante do nosso trabalho é

que a partir do momento em que um administrador toma conhecimento de que um outro teve seus bens postos em disponibilidade para garantir o pagamento daquilo que roubou, ele fica desencorajado a fazer o mesmo."

A grande certeza dos procuradores é que "com o exemplo a gente pode inspirar iniciativas, gestos, movimentos de apoio e estimular o que me parece mais importante que é o exercício da cidadania. Precisamos de uma vez por todas nos convencer de que o cidadão precisa acordar, que ele também lance mão de instrumentos que dispõe: a ação popular, o mandado de segurança coletivo, que através de entidades civis ele lance mão da ação civil pública, que ele denuncie, que ele prove. Quando os governantes sentirem que estão sendo policiados, seguramente irão adotar outra linha de conduta".

O procurador foi instigado pela platéia a se pronunciar a respeito da Justiça. Ele optou por dar exemplos do que está acontecendo. "A nossa justiça criminal é absorvida em quase 90% da sua capacidade operacional, na solução de cinco tipos de delitos: lesão decorrente de acidente de trânsito, furto, estelionato, roubo e tráfico e uso de entorpecentes. Os crimes contra o meio ambiente, contra a administração pública, contra o fisco, tem uma participação muito tímida nas estatísticas criminais. A justiça tem que parar de se colocar à serviço dos abastados. Se você lê um texto produzido pelos nossos juristas, juízes, não consegue entender o que eles estão querendo dizer. É pior que ecônômicos. Tem que parar com estas frescuras e serem mais práticos".



DC publica uma denúncia por semana

Política do salário mínimo deve ser instrumento de distribuição de renda

Clóvis Scherer
Técnico do Dieese

Este artigo reproduz trechos de "Salário Mínimo: a necessidade de uma política para a sua recuperação", estudo que o Dieese divulgou em vista do dia mundial do trabalho, o 1º de maio. O estudo resgata o debate recente sobre o salário mínimo e aponta a necessidade de uma política que o recupere.

"O principal instrumento legal que define o salário mínimo é o artigo 7º, inciso IV, da atual Constituição Federal, que diz: 'Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim'.

"Baseado nessa referência, em agosto de 1991, a lei 8.222 criou uma comissão técnica com o objetivo de definir: a) a composição do conjunto de bens e serviços de que trata o artigo 7º dessa lei (moradia, alimentação, etc...) [da qual se poderia deduzir o valor necessário para o salário mínimo] e os critérios de revisão periódica dessa composição; b) a metodologia da aferição mensal do custo dos produtos e serviços referidos no inciso anterior [um índice feito a partir do que fosse definido no item "a)] a ser realizada pelo IBGE.

"As principais conclusões dessa comissão técnica apontaram para a definição do valor do salário mínimo necessário associado a uma linha de pobreza que permite distinguir pobres e não pobres.

Não houve consenso na comissão técnica, da qual o Dieese faz parte, sobre que linha de pobreza utilizar (de qual região). O Dieese, por seu lado, sustentou, com base na Constituição, que se deveria utilizar a maior linha de pobreza do país (do estado de São Paulo) como referência do salário mínimo necessário.

"As dificuldades de normatizar todos os elementos que comporiam uma cesta que desse conta do conceito de necessidade básica, levaram a comissão a tomar como eixo de sua análise os requerimentos nutricionais associados à alimentação do trabalhador adulto. A partir daí, projetou-se, com base nas pesquisas de orçamentos familiares, quais seriam os gastos com os demais itens do orçamento familiar.

"As conclusões da comissão técnica do salário mínimo reforçaram os trabalhos que o Dieese realiza mensalmente desde 1959 sobre a Ração Essencial Mínima, mais conhecida por cesta básica. As quantidades de cada produto alimentício estão ali definidas segundo sua capacidade nutritiva, tais como calorias, proteínas e demais nutrientes, necessária para a boa alimentação do trabalhador adulto.

"Dada a deteriorização do poder aquisitivo do salário mínimo das últimas três décadas, o Dieese estima mensalmente o salário mínimo necessário conforme a Constituição.

"No mês de março de 1993, o salário mínimo necessário foi de Cr\$ 10.236.840,

00, algo em torno de 400 dólares. Comparado com o valor então vigente (Cr\$ 1.709.400,00) observa-se que, se o texto legal fosse cumprido, o salário mínimo deveria ser multiplicado por seis.

O estudo compara a evolução do poder aquisitivo do salário mínimo (seu valor real) desde a sua criação, sua relação com a cesta básica em São Paulo e a evolução do Produto Interno Bruto do país. E destaca que o salário mínimo perdeu seu valor real original (em 72% desde 1940), que a parcela do salário mínimo comprometida com a cesta básica aumentou (de 39% para quase 72%) e que, enquanto o PIB per capita (a principal medida de riqueza de um país) elevou-se 4,5 vezes nos últimos 52 anos, o poder aquisitivo do salário mínimo caiu sua quarta parte.

O estudo também traz dados comparando seu poder aquisitivo em termos de produtos essenciais, onde vê-se que, exceção feita ao arroz, o poder aquisitivo caiu em termos de carne, leite, feijão e pão. Noutra comparação, com os salários mínimos de outros países, comprova mais uma vez que o do Brasil é um dos menores do mundo.

"Em abril do ano passado, as centrais sindicais apresentaram um projeto de lei com o objetivo de elevar gradualmente o

valor real do salário mínimo, reconhecendo que essa elevação deveria ser complementada com outras medidas de política econômica, a fim de evitar que um possível crescimento da inflação inviabilizasse a meta proposta.

"Atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei do deputado Paulo Paim (PT/RS) que prevê reajustes mensais e aumento real de 3% ao mês para o salário mínimo. Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

"Milhões de brasileiros (trabalhadores ativos ou aposentados e seus dependentes) dependem direta ou indiretamente do salário mínimo. Seu efeito sobre as condições de vida de expressiva parcela de nossa população torna a política do salário mínimo uma verdadeira política social. Se tornada prioritária como política de governo e articulada com outras políticas que estimulem a produção de bens para a população de baixa renda, a política de recuperação do salário mínimo pode se tornar um poderoso instrumento de transformação do injusto perfil de distribuição de renda no Brasil."

Maior a crise, maior a mediocridade

José Álvaro Cardoso
Coordenador do Dieese/SC

A crise brasileira, já não restam dúvidas, é pra leão. A sua gravidade é quase um consenso, apesar das divergências quanto ao seu diagnóstico por parte de cientistas sociais e opinião pública em geral. O problema da necessidade de se combater a inflação para tirar o país do buraco, por exemplo, não é uma unanimidade. Prova disso é o chamado Plano Eliseu, que pretende fazer o país retomar o crescimento ignorando olímpicamente uma inflação de 30% ao mês.

Tudo indica que, de fato, não conter medidas concretas contra a inflação foi o principal equívoco do Plano. Em relação a isto, o que ficou foram genéricas intenções de baixar a taxa de juros nas aplicações financeiras de curto prazo. Nada mais justo, já que as atuais taxas de juros causam mais inflação, concentram renda e engordam os parasitas. Só que tem um problema: o principal culpado da alta dos juros é justamente o governo, que é obrigado a rolar uma dívida de curto prazo, que alguns avaliam em US\$ 80 bilhões.



Os juros escorchantes, portanto, mais que um simples ardil de banqueiro mal intencionado, decorre da necessidade que tem o governo de vender seus títulos no mercado. Sem taxas "atraentes", estes encalhariam, inviabilizando o financiamento do governo. Esta é a malfadada ciranda financeira, decorrente da dívida interna do governo, e de cujo combate vai depender inclusive o sucesso de qualquer plano anti-inflacionário. É impossível resolver o problema da inflação sem alongar o perfil dessa dívida.

Não bastasse os problemas de concepção do Plano, o governo Itamar enfrenta uma acirrada e sistemática oposição liderada por Itamar Franco. Até em função do problema de governabilidade, a sociedade em geral vem tratando este governo com muito boa vontade, entendendo que é um governo de transição e que tem algumas boas intenções. A inabilidade de Itamar na arte de governar, porém, é descomunal. O caso Yeda Crusius é emblemático. Após convocar esta senhora para assumir a importante pasta do Planejamento, não por sua capacidade para o exercício do cargo, mas por ser mulher, queimou-a pública e hipocritamente.

As denúncias sobre o provável envolvimento com falcaturas do principal mentor e gerente do Plano estão minando as poucas chances que este tinha de obter os resultados desejados. Mesmo que acabem não se comprovando as suspeitas de que Eliseu Resende usou o cargo para favorecer seus padrões na iniciativa privada - o que parece improvável, dadas as evidências - o estrago já está feito. Não se toca um plano de governo sem credibilidade, pois desta depende o apoio da sociedade.

Por seus próprios erros, a situação de Itamar se complica. Ele demitiu dois ministros da Fazenda porque tinham o nariz grande ou porque não gostou da cor da gravata que usavam. Agora, quando precisa realmente despachar um ministro corrupto, ele hesita, pois certamente baterá todos os recordes de troca de ministros da Fazenda.

Uma crise que leva meninos de rua de uma cidade como Porto Alegre a morarem no esgoto pra fugir de seus carrascos não é qualquer crise. Infelizmente, quanto maior a gravidade da crise, tanto mais fica evidente a pequenez e a mediocridade de Itamar Franco como governante. A gente merecia coisa melhor.

Celesc plagia cartazes para confundir a população

A preocupação da Celesc em neutralizar a campanha pela moralização da empresa deflagrada pela Intersindical dos Eletricitários acabou gerando um caso de grande repercussão no meio publicitário. Os outdoors dos sindicatos que trazem a frase "Moralização Urgente" foram literalmente copiados pela empresa que apenas se deu o trabalho de trocar o slogan. "Modernização eficiente", "informatização eficiente", "geração urgente" e "melhoria de qualidade eficiente" foram as frases adaptadas a arte criada para a Intersindical.

"É um caso de cópia dos mais fortes já existente no país", assegura Saulo Silva, diretor da agência Quadra Propaganda, que assina a campanha da Intersindical. "Nossa agência está estupefata diante do anti-profissionalismo e da falta de respeito às normas, à ética e as leis que regulamentam a propaganda", lamenta o publicitário.

O plágio é uma afronta ao Código de Ética e às Normas da Associação Brasileira de Agências de Propaganda - ABAP e à lei 4680, que regulamenta a propaganda. Por isso, várias ações judiciais partindo da Intersindical e da Quadra vão questionar a Celesc e a Artplan, agência que tem a conta da empresa.

A história do plágio ainda não está bem contada. Airton Manoel



João, proprietário da empresa Artplan, que imprimiu os cartazes da Intersindical conta que na semana passada pessoas da Artplan estiveram na sua oficina e copiaram a arte criada pela Quadra. No entanto, Airton diz que se tiver que testemunhar vai mentir: "eu dependo da Artplan".

Mas difícil mesmo é saber que foi o pai da idéia "genial" de copiar a arte. Pela assessoria de marketing da Celesc a coisa não foi encaminhada, garante o chefe do setor Eron Küster, que recomenda o contato com a Diretoria Administrativa. Lá José Murilo Serra Costa Filho, gerente de assuntos sindi-

cais afirma que "não sei dizer ao certo de onde veio a idéia". Na Artplan, o gerente de contas que tem o sugestivo nome de Celso Cover diz que a agência executou trabalhos, mas que não sabe de onde veio esta idéia.

O objetivo inicial da Celesc, no entanto, parece que não era gerar a confusão do público. Era um jogo mais baixo. Na noite de sexta-feira, dia 14, José Murilo procurou o diretor do Sinergia Arno Cugnier incansavelmente, até encontrá-lo às 23h em um bar no bairro Corrêgo Grande. Murilo tentou convencer Arno de que a Intersindical deveria adiar o lançamento da

campanha para depois da reunião com a empresa marcada para o dia 19, pois isso poderia prejudicar as negociações. A jogada da Celesc, pelas evidências, era colocar a "sua" campanha na rua antes e imputar à Intersindical o papel de plagiadora.

"Este caso só revela a falta de seriedade e moralidade com que a empresa está sendo administrada. A diretoria teme uma campanha pela moralização e se joga desesperada na tentativa de confundir o público com uma jogada de baixo nível", dispara Arno Cugnier.

Intersindical põe na rua luta pela moralização da Celesc

Desde segunda-feira, dia 17 de maio, 20 rádios em toda Santa Catarina estão repetindo um recado da Intersindical dos Eletricitários. A mensagem é bem clara: "Catarinenses, a política da atual diretoria está levando a Celesc ao sucateamento. A contratação irregular de pessoas com fins políticos-partidários é imoral. Com tarifas diferentes para cada Estado teremos aumentos abusivos das contas de luz. A contratação de empreiteiras resulta em serviços mais caros e de pior qualidade. Por isto os eletricitários de Santa Catarina exigem moralização da Celesc. Urgente."

Este aviso é uma das peças de propaganda executadas pela agência Quadra para a campanha que a Intersindical vai levar até o final do ano pela moralização da Celesc. Esta primeira fase, que se estenderá até dia 31 de maio, conta além dos spots de rádio, adesivos e flâmulas, com mais 90 outdoors espalhados pelos principais centros urbanos do Estado.

Nesta primeira etapa, a Intersindical optou pela concentração de esforços na mídia de baixo custo e cobertura estadual. A segunda fase

inicia em junho e começará a ser discutida nos próximos dias.

"Queremos mostrar à sociedade como é que está sendo administrada uma empresa que é pública. E dizer que não concordamos com uma gerência baseada em favorecimento político-partidário. Queremos que a Celesc seja administrada com transparência e obedecendo seus objetivos: gerar serviços de qualidade, propulsionando o desenvolvimento de Santa Catarina", explica Dinovaldo Gilioli, diretor de imprensa do Sinergia.

RACISMO NÃO É PROBLEMA DE NEGRO

João Carlos Nogueira
Diretor do Sind. Bancários Fpolis

Neste 13 de maio que passou, como vem acontecendo nos últimos anos, dezenas de entidades anti-racistas, de diferentes regiões do país, promoveram atos públicos pelo fim da discriminação racial e do racismo. Celebrando o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, assim considerado pelas organizações negras, uma vez mais a militância anti-racista esteve nas ruas para exigir respeito aos direitos da população negra.

Contudo, não obstante a ação crescentemente organizada do Movimento Negro, a publicação de dados estatísticos das desigualdades raciais e o aumento dos assassinatos e violências motivadas por "razões raciais" que vitimam a população negra e outros segmentos não brancos deste país, é lamentável constatar que apenas e tão somente a militância anti-racista está nas ruas para exigir o fim da violência racial.

O confinamento do discurso e da ação anti-racista ao espaço político ocupado pela militância negra, revela o descompromisso do Estado e de amplos setores da sociedade civil com a resolução de um problema estrutural da sociedade brasileira. Um problema racial - portanto que envolve mais de uma raça - e não um problema do negro, responsável pelas desigualdades de oportunidade e tratamento que perseguem a população negra que não é a responsável pela reprodução do racismo e do preconceito que fertilizam o terreno de onde brotam os skinheads, o Movimento Separatista no Sul, etc. E, ademais, corrompem valores fundamentais como a liberdade e a democracia, tornando-os meras palavras sem sentido para o contingente negro da população, submetido a toda sorte de violência e alvo preferencial do desemprego, da miséria e da fome.

O confinamento de que falamos, reflete o silêncio cúmplice dos demais setores organizados da sociedade civil e uma adesão tácita à ideologia oficial racista e excludente, cuja síntese foi candidamente

veiculada na recente campanha monarquista: os negros devem agradecer aos brancos pela concessão da abolição e pela liberdade de poder fazer o carnaval. A esta máxima, acrescente-se a idéia anacrônica de que a classe social homogeneiza os seres humanos e deciframos a mensagem que serve de justificativa para a omissão em foco: não há um problema racial e se por acaso houver, trata-se de um problema de negros, ou seja, o Estado e a sociedade não têm com que se preocupar, pois estão isentos de qualquer responsabilidade.

Afinal, os próprios negros são os culpados pela violência simbólica, física e material a que estão submetidos. Ocorre que há uma incompatibilidade congênita entre este raciocínio e os direitos humanos, a democracia e o dever do Estado de assegurar igualdade de oportunidade e tratamento a todos os cidadãos. Mais que isso, este tipo de visão distorcida da realidade, compromete o futuro da democracia

no Brasil, na medida em que impede que os setores organizados da sociedade civil, traduzam a idéia de democracia em termos concretos para uma população com qual o Estado dialoga essencialmente pela via da força, através da violência policial, ou pela via da indiferença frente às discriminações e desigualdades raciais ou frente à violência simbólica exercida dia a dia pelos meios de comunicação social e pelos instrumentos pedagógicos. Face ao racismo não há como tergiversar: ou agimos contra o racismo ou colaboramos com ele, pela ação ou omissão.

Por esta razão, neste 13 de maio, reafirmamos nosso compromisso com as iniciativas emergentes no movimento sindical, popular, partidos políticos, ONG's, comprometidos com as causas do Movimento Negro, quer sejam educacionais ou organizacionais, que objetivam situar suas ações no campo do combate ao racismo.

Ressaltamos a necessidade do conjunto dessas organizações empenharem-se na campanha pela implementação da Convenção 111 da OIT, ratificada e engavetada pelo Brasil há trinta anos, combater a esterilização em massa, o assassinato de meninos e meninas de rua, onde a grande maioria são crianças negras.

É urgente que estas organizações estabeleçam o compromisso efetivo com a militância negra que faz jus à tradição da luta do povo negro brasileiro, desde Zumbi dos Palmares. Muito mais do que Delegacias de Crimes Raciais, é preciso que conjuguemos, todos os democratas, medidas de combate aos efeitos (discriminação), com medidas de combate às fontes

(racismo e o preconceito), não como resposta a uma exigência de natureza moral mas pela convicção de que a democracia não terá bases sólidas no Brasil enquanto persistirem as desigualdades raciais que vitimam metade dos brasileiros.



**UMA
VIVA**